

Parecer do Conselho Fiscal

Exercício do ano de 2017

Senhores Cooperantes,

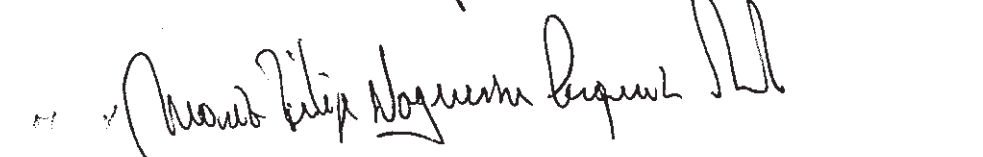
No cumprimento das disposições legais e estatutárias, venho, na qualidade de presidente Conselho Fiscal da cooperativa FORTUNATE VIVERE CRL, apresentar o meu parecer sobre o Relatório de Contas Anual e demais documentos elaborados pela direcção em referência ao exercício findo de 2017.

No exercício das minhas funções acompanhei a gestão da cooperativa através dos contactos com a Direcção e os departamentos Financeiros e de Contabilidade, solicitando os esclarecimentos que, nas circunstâncias entendemos convenientes.

O Conselho Fiscal propõe aos Senhores cooperantes à Assembleia-geral da FORTUNATE VIVERE CRL que aprovem os documentos de prestação de contas anual para o exercício de 2017, apresentados pela Direcção.

Vila Verde, 31 de Março de 2018

O Conselho Fiscal

ACTA N.º 21

Abel Nogueira Pimenta
(Abel Nogueira Pimenta) PROC

**LISTA DE PRESENCAS DE COOPERANTES NA ASSEMBLEIA-GERAL ANUAL DA
FORTUNATE VIVERE CRL, EFECTUADA EM 31 DE MARÇO DE 2018.**

Estiveram presentes os seguintes accionistas:

____ **Sr. MÁRIO FILIPE NOGUEIRA CERQUEIRA PIMENTA**, residente na Rua Frei Albano Emílio Alves, nº 58, 5º Dto., freguesia de Barbudo, concelho de Vila Verde, que é titular de 100 títulos de capital de valor nominal de € 30, numeradas de 1 a 100. -----

____ **Sr. ABEL NOGUEIRA PIMENTA**, residente no Lugar de Airó, freguesia de Gondães, concelho de Vila Verde, 100 títulos de capital de valor nominal de € 30, numeradas de 101 a 200. -----

____ **Sra. DEOLINDA FERNANDA NOGUEIRA CERQUEIRA PIMENTA**, residente no Lugar de Airó, freguesia de Gondães, concelho de Vila Verde, 100 títulos de capital de valor nominal de € 30, numeradas de 201 a 300. -----

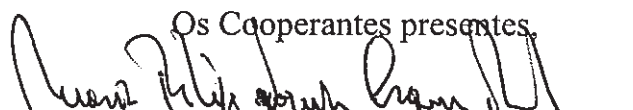
____ **Sr. PAULO JORGE RIBEIRO**, residente na rua dos Salgueiros ,nº34,freguesia de Adaúfe, concelho de Braga, 100 títulos de capital de valor nominal de € 30, numeradas de 301 a 400.-----

____ **Sr. ABEL JOSÉ NOGUEIRA CERQUEIRA PIMENTA**, residente no Lugar de Airó, freguesia de Gondães, concelho de Vila Verde, 100 títulos de capital de valor nominal de € 30, numeradas de 401 a 500. -----

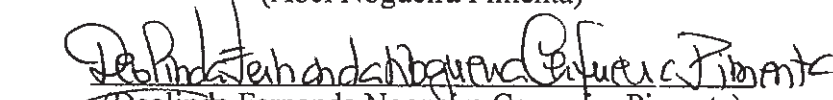
Vila Verde, 31 de Março de 2018

A Presidente da Mesa,

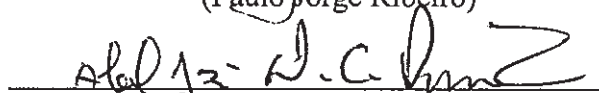

(Deolinda Fernanda Nogueira Cerqueira Pimenta)

Os Cooperantes presentes,

(Mário Filipe Nogueira Cerqueira Pimenta)


(Abel Nogueira Pimenta)


(Deolinda Fernanda Nogueira Cerqueira Pimenta)


(Paulo Jorge Ribeiro)

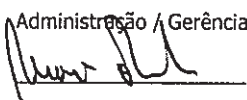

(Abel José Nogueira Cerqueira Pimenta)

**Balço - (modelo para ESNL) em
31-12-2017
(montantes em euros)**

FORTUNATE VIVERE ,CRL

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente	4		
Ativos fixos tangíveis		39 979,51	42 419,21
		39 979,51	42 419,21
Ativo corrente	5		
Inventários		802,45	945,32
Diferimentos		792,66	1 715,37
Caixa e depósitos bancários		30 235,63	33 933,70
		31 830,74	36 594,39
Total do ativo		71 810,25	79 013,60
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	10		
Fundos	8	15 000,00	15 000,00
Reservas		59 759,22	59 759,22
Resultados transitados		(23 438,03)	(15 558,28)
Resultado líquido do período		(199,86)	(7 879,75)
Total dos fundos patrimoniais		51 121,33	51 321,19
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente	8		
Fornecedores		1 628,88	1 470,66
Estado e outros entes públicos		4 763,74	4 142,45
Financiamentos obtidos			7 817,39
Outros passivos correntes	8;9	14 296,30	14 261,91
		20 688,92	27 692,41
Total do passivo		20 688,92	27 692,41
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		71 810,25	79 013,60

Administração / Gerência



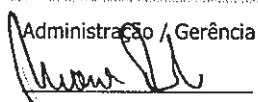
Contabilista Certificado Nº 45987



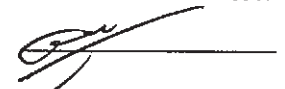
**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período de 2017
(montantes em euros)**

FORTUNATE VIVERE ,CRL

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	6	47 966,96	48 007,33
Subsídios, doações e legados à exploração	7	102 528,36	100 417,68
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(7 862,64)	(9 024,20)
Fornecimentos e serviços externos	6	(25 585,93)	(24 949,29)
Gastos com o pessoal	9	(112 781,04)	(111 374,45)
Outros gastos		(2 008,03)	(1 049,89)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		2 257,68	2 027,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(2 439,70)	(9 553,34)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(182,02)	(7 526,16)
Juros e gastos similares suportados		(17,84)	(353,59)
Resultado antes de impostos		(199,86)	(7 879,75)
Resultado líquido do período		(199,86)	(7 879,75)

Administração / Gerência


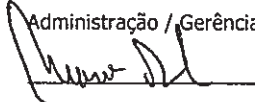
Contabilista Certificado Nº 45987



**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2017
(montantes em euros)**

FORTUNATE VIVERE ,CRL

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2017	2016
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		47 966,96	48 007,33
Pagamentos a fornecedores		32 190,38	30 821,50
Pagamentos ao pessoal	9	112 159,75	111 260,60
Caixa gerada pelas operações		(96 383,17)	(94 074,77)
Outros recebimentos/pagamentos		100 520,33	99 367,79
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4 137,16	5 293,02
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Recebimentos provenientes de:			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)			
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		7 817,39	3 433,29
<i>Juros e gastos similares</i>		17,84	353,59
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(7 835,23)	(3 786,88)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(3 698,07)	1 506,14
Caixa e seus equivalentes no início do período		33 933,70	32 427,56
Caixa e seus equivalentes no fim do período		30 235,63	33 933,70

Administração / Gerência


Contabilista Certificado Nº 45987



1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

FORTUNATE VIVERE CRL, com sede na Rua Padre Frei Albano Emílio Alves, n.º 90, freguesia de Barbudo e concelho de Vila Verde, foi constituída no dia 16 de Junho de 2008 sob a forma jurídica de cooperativa, com um capital social de 15.000,00 Euros.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL). Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Eventualmente pode estar sujeita a tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para esta tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o

subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.6.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		61 525,89	9 145,02	18 699,19			8 308,68			97 678,78
Depreciações acumuladas		22 424,82	5 826,83	18 699,20			8 308,72			55 259,57
Saldo no início do período		39 101,07	3 318,19	(0,01)			(0,04)			42 419,21
Variações do período		(1 530,77)	(389,63)	0,00			(519,30)			(2 439,70)
Total de aumentos										
Total diminuições		1 530,77	389,63				519,30			2 439,70
Depreciações do período		1 530,77	389,63				519,30			2 439,70
Outras transferências				0,00			0,00			0,00
Saldo no fim do período		37 570,30	2 928,56	(0,01)			(519,34)			39 979,51
Valor bruto no fim do período		61 525,89	9 145,02	18 699,19			8 308,68			97 678,78
Depreciações acumuladas no fim do período		23 955,59	6 216,46	18 699,20			8 828,02			57 699,27

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		61 525,89	9 145,02	18 699,19			8 308,68			97 678,78
Depreciações acumuladas		19 364,13	5 047,57	14 024,40			7 270,13			45 706,23
Saldo no início do período		42 161,76	4 097,45	4 674,79			1 038,55			51 972,55
Variações do período		(3 060,69)	(779,26)	(4 674,80)			(1 038,59)			(9 553,34)
Total de aumentos										
Total diminuições		3 060,69	779,26	4 674,80			1 038,59			9 553,34
Depreciações do período		3 060,69	779,26	4 674,80			1 038,59			9 553,34
Outras transferências				0,00						0,00
Saldo no fim do período		39 101,07	3 318,19	(0,01)			(0,04)			42 419,21
Valor bruto no fim do período		61 525,89	9 145,02	18 699,19			8 308,68			97 678,78
Depreciações acumuladas no fim do período		22 424,82	5 826,83	18 699,20			8 308,72			55 259,57

5 - Inventários

5.1. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais					2 104,28	2 104,28
Compras		7 719,77	7 719,77		7 865,24	7 865,24
Reclassificação e regularização de Inventários						
Inventários finais		802,45	802,45		945,32	945,32
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		7 862,64	7 862,64		9 024,20	9 024,20
OUTRAS INFORMAÇÕES						

6 - Rendimentos e gastos

6.1. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	47 966,96	48 007,33
Outros réditos	102 528,36	
Total	150 495,32	48 007,33

6.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	1 020,00	1 507,60
Serviços especializados	4 205,07	3 987,04
Trabalhos especializados	4 205,07	3 553,54
Publicidade e propaganda		433,50
Materiais	810,87	708,16
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	510,17	334,31
Material de escritório	300,70	373,85
Energia e fluidos	3 650,52	2 957,68
Electricidade	3 019,31	2 141,52
Combustíveis	160,06	310,39
Água	471,15	505,77
Deslocações, estadas e transportes		12,40
Deslocações e estadas		12,40
Serviços diversos	15 899,47	15 776,41
Rendas e alugueres	11 971,20	10 200,00
Comunicação	1 803,95	1 446,40
Seguros	1 335,28	814,61
Royalties		1 771,20
Limpeza, higiene e conforto	240,92	645,64
Outros serviços	548,12	898,56
Total	25 585,93	24 949,29

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas**7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas**

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração	102 528,36	102 528,36		
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total	102 528,36	102 528,36		

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento				
Para ativos fixos tangíveis				
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração	100 417,68	100 417,68		
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração				
Total	100 417,68	100 417,68		

8 - Instrumentos financeiros**8.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	15 000,00			15 000,00
Reservas	59 759,22			59 759,22
Reservas legais	2 987,96			2 987,96
Outras reservas	56 771,26			56 771,26
Resultados transitados	(15 558,28)		(7 879,75)	(23 438,03)
Total	59 200,94		(7 879,75)	51 321,19

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	15 000,00			15 000,00
Reservas	59 759,22			59 759,22
Reservas legais	2 987,96			2 987,96
Outras reservas	56 771,26			56 771,26
Resultados transitados	(13 623,17)	1 935,11		(15 558,28)
Total	61 136,05	1 935,11		59 200,94

8.2. **Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:**

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:					
Passivos financeiros:			15 925,18		
Fornecedores			1 628,88		
Outras contas a pagar			14 296,30		
Ganhos e perdas líquidos:					
Rendimentos e gastos de juros:			(17,84)		
De passivos financeiros			(17,84)		

Quadro comparativo:

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE 1	Total
Vendas		
Prestações de serviços	48 007,33	48 007,33
Compras	7 865,24	7 865,24
Fornecimentos e serviços externos	24 949,29	24 949,29
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9 024,20	9 024,20
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	9 024,20	9 024,20
Número médio de pessoas ao serviço	8,00	8,00
Gastos com o pessoal	111 374,45	111 374,45
Remunerações	84 639,29	84 639,29
Outros gastos	26 735,16	26 735,16
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	42 419,21	42 419,21
Propriedades de investimento		

10.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	47 966,96			47 966,96
Compras	7 719,77			7 719,77
Fornecimentos e serviços externos	25 585,93			25 585,93
Rendimentos suplementares:				

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	48 007,33			48 007,33
Compras	7 865,24			7 865,24
Fornecimentos e serviços externos	24 949,29			24 949,29
Rendimentos suplementares:				

11 - Locações

11.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Ativos Intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		18 699,19		18 699,19	
Depreciações/Amortizações acumuladas		18 699,19		18 699,19	
Saldo no fim do período					
Total dos futuros pagamentos mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

Quadro comparativo:

Descrição	Ativos Intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		18 699,19		18 699,19	
Depreciações/Amortizações acumuladas		18 699,19		18 699,19	
Saldo no fim do período					
Total dos futuros pagamentos mínimos		7 817,39		7 817,39	
Até um ano		7 817,39		7 817,39	
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos		7 817,39		7 817,39	
Até um ano		7 817,39		7 817,39	
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

12 - Impostos e contribuições

12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(199,86)	(7 879,75)
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autônomas		
Taxa efetiva de imposto		

12.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		673,50		882,50
Contribuições para a Segurança Social		4 090,24		3 259,95
Total		4 763,74		4 142,45

13 - Fluxos de caixa

13.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	320,02	31 924,62	32 167,44	77,20
Depósitos à ordem	33 613,68	150 023,70	153 478,95	30 158,43
Outros depósitos bancários				
Total	33 933,70	181 948,32	185 646,39	30 235,63

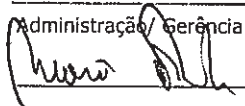
Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	220,87	37 496,16	37 397,01	320,02
Depósitos à ordem	32 206,69	147 358,85	145 951,86	33 613,68
Outros depósitos bancários				
Total	32 427,56	184 855,01	183 348,87	33 933,70

13.2. Outras informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimentos ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Administração/ Gerência


FORTUNATE VIVERE ,CRL

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2017

1 - Introdução

A FORTUNATE VIVERE ,CRL, com sede social em RUA PADRE FREIRE ALBANO EMILIO ALVES 90 D, com um capital social de 15 000,00 €, tem como atividade principal Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2017.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da FORTUNATE VIVERE ,CRL, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, em 2017 registou-se um crescimento económico positivo a nível global, à medida que o ciclo de recuperação económica iniciado em meados de 2016 se continua a reforçar, impulsionado pela recuperação do investimento e do comércio, bem como pelas condições financeiras favoráveis. Estas revisões em alta são mais acentuadas nas economias avançadas, particularmente nos Estados Unidos, mas as perspetivas de crescimento também melhoraram para alguns mercados emergentes, incluindo a China.

No curto prazo, o momento económico robusto, é consistente com a força do comércio e com a confiança das famílias entre a maioria dos mercados emergentes e economias avançadas.

Apesar das melhorias visíveis ao longo do ano transato, denotam-se alguns riscos que podem reverter a situação atual. Entre eles, a possibilidade de agravamento de tensões geopolíticas a nível internacional, destacando-se a situação no Médio Oriente e na península Coreana. Numa ótica de risco nacional e europeu, a instabilidade política que se vive na Catalunha, bem como a possibilidade das economias avançadas adotarem medidas protecionistas no médio prazo, onde se inclui a hipótese de um impacto mais adverso do processo de saída do Reino Unido da União Europeia, poderão contribuir também para agravar a incerteza política a nível global. Também não se pode excluir o cenário de um ajustamento económico mais acentuado em algumas economias de mercado emergentes com elevado nível de endividamento, com destaque para a China.

Ainda assim, as previsões até 2020 são genericamente positivas, até quando está previsto que a expansão se mantenha sólida e sustentada entre os vários setores e economias, e uma continuação do crescimento do consumo privado e da recuperação do investimento.

2.1. A Nível Internacional e Europeu.

Segundo o mais recente World Economic Outlook do Fundo Monetário Internacional (FMI), o aumento cíclico em curso desde 2016 continuou a fortalecer-se, com o PIB mundial a subir para os 3,7% em 2017, um valor ligeiramente superior ao registado em 2016, tendo sido mais pronunciado na Europa e na Ásia. Entre as economias avançadas, o crescimento foi mais notório na Alemanha, Japão, Coreia e Estados Unidos. Nos principais mercados emergentes e economias em desenvolvimento, onde se inclui o Brasil, China, e África do Sul, o crescimento também foi notório, especialmente a partir do terceiro trimestre de 2017.

Nos Estados Unidos, a atividade económica continua dinâmica, apoiada por uma série de fatores positivos, como sendo as fáceis condições financeiras, o dólar mais fraco, a expansão no setor energético e uma forte procura externa. É expectável que a recente reforma fiscal acordada também sirva como estímulo à economia americana nos próximos anos, dando continuidade ao perfil ascendente verificado.

Na Europa, e de acordo com os dados divulgados pelo Eurostat, tanto na Zona Euro como na União Europeia, o PIB real cresceu 2,5% durante o ano de 2017, apresentando a taxa mais alta em dez anos, superando assim todas as expectativas. Esse crescimento foi impulsionado pelos fortes contributos da procura interna e, em especial, pelas despesas de investimento fixo. Estas duas economias cresceram, pelo menos, 0,6% em cinco trimestres consecutivos, dando continuidade à transição de uma recuperação para uma expansão económica.

Em relação ao emprego, os dados relativos ao último mês de dezembro revelam que a taxa de desemprego da Zona Euro situou-se nos 8,7% e a da União Europeia nos 7,3%, atingindo o nível mais baixo desde janeiro de 2009 e outubro de 2008, respetivamente, sendo que o número de pessoas empregadas atingiu o valor mais alto alguma vez registado. Também se verificou uma diminuição do emprego jovem, de 20,3% em dezembro de 2016 para 17,9% em dezembro de 2017 na Zona Euro, e de 18,0% para 16,1% na União Europeia. Contudo, o número total de horas trabalhadas permanece em níveis abaixo dos registados antes da crise financeira (cerca de 3%), apesar de continuarem a crescer em linha com a criação de emprego. Isto reflete uma mudança na composição do emprego para uma maior participação no emprego a tempo parcial. Ainda assim, as condições do mercado de trabalho melhoraram em todos os Estados Membros.

A dívida pública manteve um perfil descendente durante o ano de 2017, situando-se nos 88,1% para a Zona Euro e nos 82,5% na União Europeia, no terceiro trimestre de 2017, apresentando, assim, níveis mais baixos do que o período homólogo, resultado de um impulso cíclico mais forte na Europa, onde os mercados de trabalho continuam a melhorar, evidenciando um aumento na atividade económica mais forte do que o esperado.

A inflação global, durante o ano de 2017 permaneceu moderada, atingindo os 1,4% em dezembro, ficando acima do valor registado em dezembro de 2016 (1,1%), em muito devido ao impacto do aumento dos preços dos produtos energéticos. Conforme a análise realizada pelo FMI, o aumento dos preços dos produtos energéticos em cerca de 20% entre agosto e dezembro de 2017, para aproximadamente 60 dólares por barril, deveu-se à melhoria das perspetivas de crescimento global, aos eventos climáticos registados nos Estados Unidos, à extensão do acordo OPEC+ para limitar a produção de petróleo, e às tensões geopolíticas no Médio Oriente. Estes valores geraram um aumento na inflação geral das economias avançadas, não tendo, contudo, afetado nem a inflação salarial nem a de preços-base.

Em termos cambiais, e segundo dados da Comissão Europeia, o euro valorizou-se em mais de 2% em termos nominais efetivos desde novembro de 2017, e em 7% contra o dólar americano, evolução explicada pelos factos da economia ter crescido mais do que o expectável e por existir uma baixa incerteza política e uma forte expectativa de normalização das políticas monetárias na Europa. A libra esterlina também foi apreciada em cerca de 4%, uma vez que o Banco de Inglaterra aumentou as suas taxas de juro em novembro. Já o iene foi depreciado em 5%. Assim, tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2017 situava-se nos 1,0465 e no final do mesmo ano subiu para 1,1993, tendo apresentado um perfil ascendente ao longo de todo o ano, contrariando o perfil verificado em 2016, assim como a cotação EUR/CHF (no início do ano encontrava-se nos 1,0711, fechando com 1,1704). Em relação ao iene, verificou-se uma desvalorização nos primeiros meses de 2017, tendo em abril atingido um valor mínimo de 116,01, mas começando a valorizar-se ao longo dos restantes meses, tendo fechado o ano nos 135,01. Quanto à libra esterlina, o perfil não foi linear, tendo sido de 0,8514 no início do ano e de 0,88723 no final, atingido um pico de 0,92328 no final de agosto. Nas economias emergentes, o peso mexicano depreciou-se em 7%, devido às incertezas associadas às negociações em curso do NAFTA, tendo os fluxos de capitais destas economias permanecido resilientes.

Nos mercados de títulos soberanos, as yield de referência da União Europeia aumentaram desde a passagem do ano, apesar de permanecerem em níveis baixos. A maioria dos spreads continuou a diminuir à medida que as perspetivas económicas e fiscais se fortaleceram. Nos Estados Unidos, as yield do Tesouro a 10 anos subiram.

Os preços das ações nas economias avançadas continuam a evoluir de forma positiva, impulsionadas pelo sentimento positivo quanto às perspetivas de lucro e de uma normalização da política monetária num ambiente de fraca inflação e de baixa volatilidade. Desde 2008 que o Banco de Inglaterra não aumentava a sua taxa de juro de referência, tendo-o feito em novembro de 2017, prevendo uma queda na economia e um aumento da inflação. Também a Reserva Federal dos Estados Unidos aumentou a taxa de juro de referência pela terceira vez no prazo de um ano. Já o Banco Central Europeu anunciou que manteria as taxas de juro em níveis historicamente baixos e que a partir de janeiro deste ano iria diminuir as suas compras líquidas de ativos.

O comércio mundial tem crescido fortemente, suportado por uma recuperação no investimento, principalmente entre os países desenvolvidos, e pelo aumento da produção industrial na Ásia. Também o poder de compra tem aumentado, consistente com a forte confiança dos consumidores, o que aponta para uma demanda final saudável.

2.2 A nível Nacional

Segundo o Banco de Portugal, no primeiro semestre de 2017 notou-se uma ligeira subida no crescimento da atividade económica face ao último trimestre de 2016, tendo, contudo, esse crescimento abrandado no segundo semestre, essencialmente devido à desaceleração das exportações, conforme explicado no parágrafo seguinte. Ainda assim, a sua evolução, no conjunto dos três primeiros trimestres, traduziu-se num diferencial positivo de crescimento quando em comparação com a zona euro. Também o crescimento do PIB foi superior ao da zona euro no primeiro semestre de 2017.

Em relação às exportações, registou-se um forte crescimento no primeiro semestre de 2017, especialmente marcado no segundo trimestre, essencialmente devido à evolução do turismo, tendo o seu ritmo abrandado no semestre seguinte, muito devido à componente de bens energéticos, especialmente no terceiro trimestre, onde se registou um abrandamento das exportações do turismo, mas, ainda assim, conseguindo manter um crescimento significativo.

As importações desaceleraram ligeiramente no terceiro trimestre de 2017 face ao primeiro semestre, essencialmente devido à redução significativa da componente energética.

Assim, no que respeita à balança corrente e de capital, registou-se uma ligeira redução do seu excedente (em percentagem do PIB) nos três primeiros trimestres de 2017, face a 2016, refletindo a redução do excedente da balança de bens e serviços.

Quanto ao nível de emprego, notou-se um crescimento do mesmo e uma recuperação da população ativa. Segundo dados do INE, a taxa de desemprego média anual em 2017 situou-se nos 8,9%, tendo-se verificado uma diminuição de 2,2 pontos percentuais em relação a 2016. Em termos trimestrais, a taxa de desemprego no quarto trimestre de 2017 situou-se nos 8,1%, abaixo do trimestre anterior e do trimestre homólogo. A taxa de desemprego jovem também diminuiu, situando-se nos 23,9% em 2017, menos 4,1 pontos percentuais que em 2016.

A população desempregada continuou a registar uma diminuição, observada desde o segundo trimestre de 2016. A estimativa anual para 2017 é de 462,8 mil pessoas desempregadas, tendo-se verificado uma diminuição de 19,2% em relação ao ano anterior, e de 4.756,6 mil pessoas empregadas, tendo aumentado 3,3% em relação ao período homólogo.

A confiança dos consumidores mostrou um perfil ascendente, principalmente no primeiro semestre de 2017, essencialmente devido ao aumento do rendimento disponível real, bem como à melhoria das condições de trabalho e da manutenção das condições de financiamento, o que resultou num aumento do consumo privado, e, apesar do abrandamento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) verificado no segundo semestre, a procura interna manteve um ritmo de crescimento forte.

Já a inflação, aumentou em 2017, estimando-se uma taxa anual de 1,6%, após um aumento de 0,6% em 2016, para a qual contribuiu o aumento dos preços dos bens energéticos (cerca de 4%) e dos serviços, principalmente os relacionados com o turismo, bem como o aumento dos preços de importação, tanto de bens energéticos como não energéticos, e um aumento dos custos unitários de trabalho, resultantes de uma redução de produtividade.

No final de 2017, a dívida pública situou-se nos 242,6 mil milhões de euros, registando-se subidas ao longo do ano, atingindo um pico em agosto, onde excedeu os 250 mil milhões de euros, e só começou a diminuir nos últimos quatro meses. Comparando com 2016, registou-se um aumento de 1,6 mil milhões de euros, tendo contribuído o acréscimo de títulos de dívida pública e dos certificados do Tesouro. Contudo, estas variações foram parcialmente compensadas pelos reembolsos antecipados dos empréstimos concedidos pelo FMI. Em termos de percentagem do PIB, estima-se que a mesma tenha sido de 126,2%, abaixo da registada em 2016 (130,1%). Ainda assim, em comparação com a Zona Euro, Portugal continua a ser dos países com maior dívida pública, ficando apenas abaixo da Grécia e da Itália.

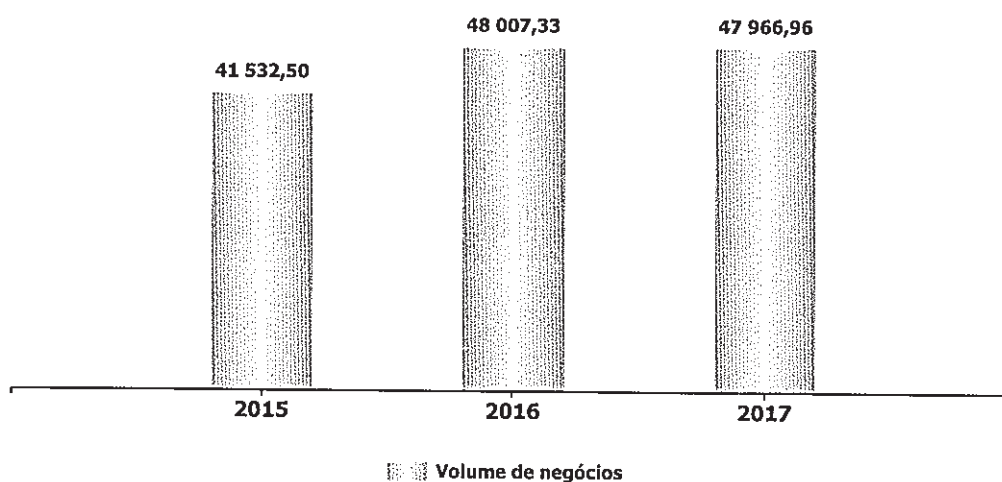
Em relação ao défice orçamental, situou-se nos 0,3% do PIB nos três primeiros trimestres de 2017, quando no período homólogo se encontrava nos 2,8% e no primeiro semestre de 2017 nos 1,9%, sendo que a meta anual do governo era de 1,4%. Do lado da receita, cujo crescimento foi acima do previsto (registou-se um aumento das receitas públicas de 3,8% face ao ano anterior, tendo sido previsto 1,4%), contribuíram os impostos indiretos, com destaque para o IVA e as contribuições sociais, mas também houve um reforço dos impostos diretos (IRS e IRC) e um forte aumento da receita de capital. Do lado da despesa, notou-se um aumento de 1,6% face ao ano anterior, superando o previsto (0,5%), em muito devido ao aumento dos gastos com pessoal, justificado pelo aumento do número de efetivos no Sistema Nacional de Saúde (SNS), tendo-se também observado um recuo nos apoios sociais e nos juros, que compensaram o crescimento do investimento e do consumo intermédio. De notar que estes dados não incluem o impacto da recapitalização da CGD, que poderá agravar estes resultados para o ano corrente.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

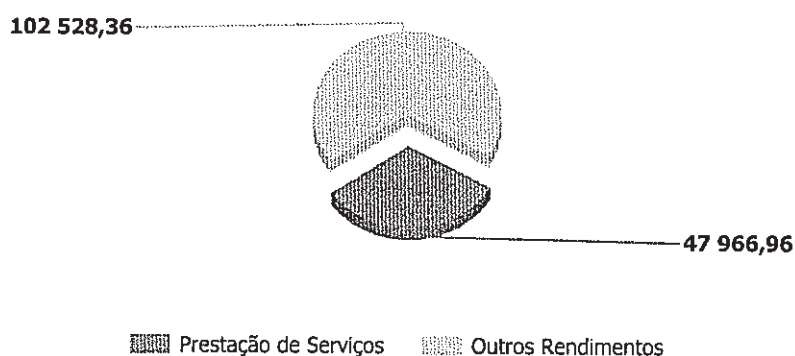
No período de 2017 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 47 966,96 €, representando uma variação de (0,08)% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

Evolução Vendas e Prestações Serviços



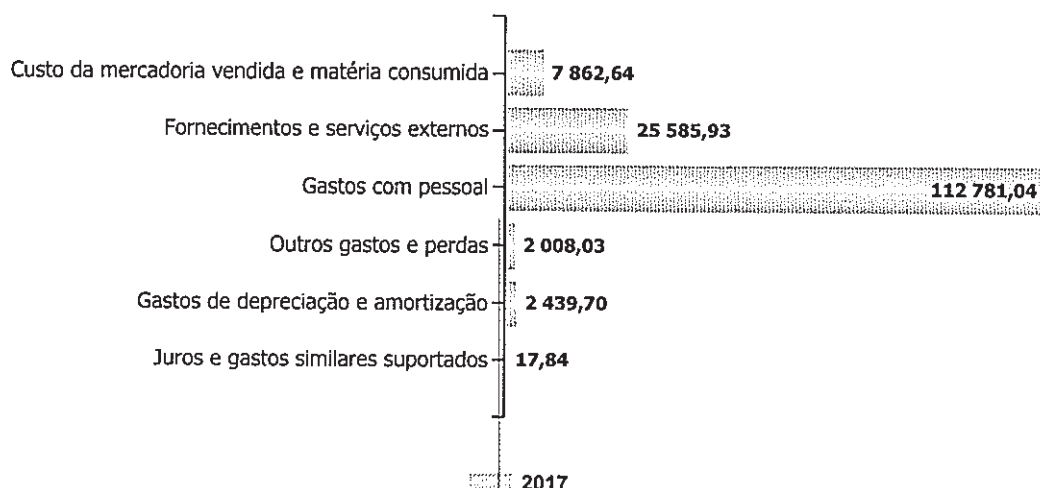
Estrutura de Rendimentos



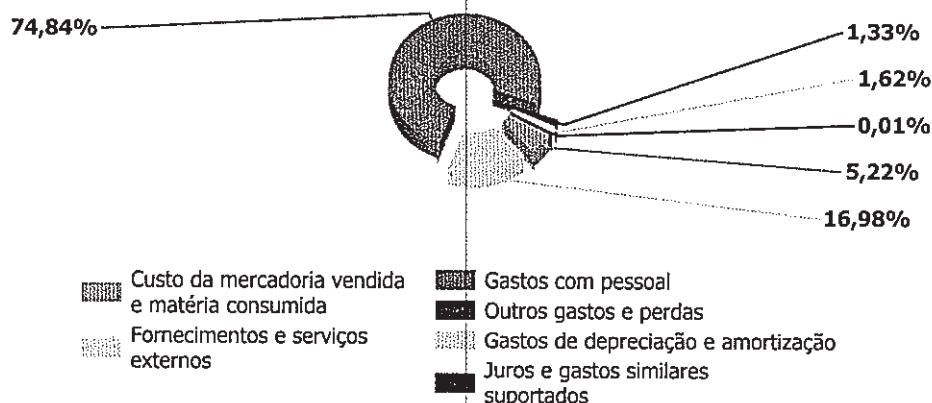
Pela análise ao gráfico de estrutura de rendimentos, a rubrica que merece uma análise mais pormenorizada é a de Subsídios à Exploração com 102.528,36 €, que teve um acréscimo de 2.110,68 € em relação ao ano anterior, o qual registou o valor de 100.417,68 €.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual



O total de gastos e perdas realizado em 2017 foi de 150.695,18 €, correspondente a um decréscimo de gastos na ordem de 4 % em comparação com o ano anterior, 156.304,76 €. Sendo a rubrica de Gastos com pessoal a que teve maior impacto na estrutura de gastos, com o total de 112.781,04 €.

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos registou um ligeiro aumento em comparação com o ano de 2016, de 24.949,29 € para 25.585,93 €, a de Outros gastos também aumentou, passou de 1.049,89 € para 2.008,03 €. Ao passo que as rubricas de Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas diminuiu, de 9.024,20 € para 7.862,64 €, a de Gastos de depreciação e amortização passou de 9.553,34 € para 2.439,70 € e a de Juros e gastos similares suportados de 353,59 € para 17,84 €.

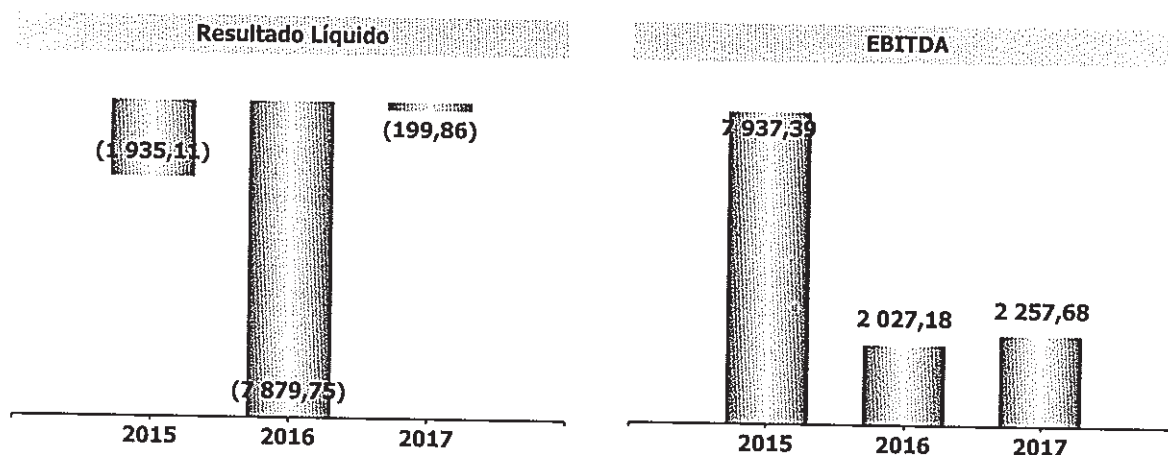
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO 2017

FORTUNATE VIVERE ,CRL

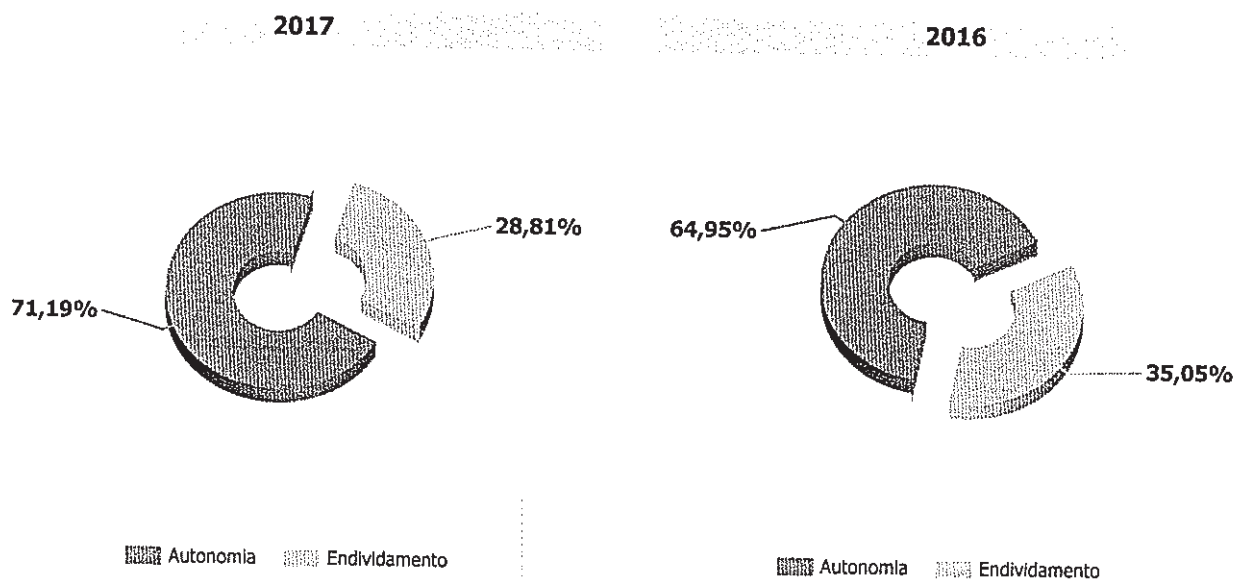
RUBRICAS	PERIODOS		
	2017	2016	2015
Gastos com Pessoal	112 781,04	111 374,45	99 351,65
Nº Médio de Pessoas	9,00	8,00	7,00
Gasto Médio por Pessoa	12 531,23	13 921,81	14 193,09

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



O Resultado líquido apurado neste exercício económico foi negativo em 199,86 €.
O EBITDA para 2017 apresenta um resultado positivo de 2.257,68 €.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da FORTUNATE VIVERE ,CRL.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.